

**Editorial** A área de avaliação de políticas públicas, como sabemos, está intimamente relacionada com os modelos político-econômicos adotados pelo país em cada momento histórico, com os embates na arena política para a definição de temas de relevância nacional, de propostas e encaminhamentos, alianças e disputas, perpassadas por estratégias e interesses das mais diferentes ordens.

Também é afetada a nossa área pelas noções de desenvolvimento, pobreza, saúde, educação, segurança, inclusão, exclusão, democracia, e outras tantas que orientam as políticas gestadas em consonância com esses modelos político-econômicos, bem como pelo lugar que nelas é reservado às preocupações com o social, o cultural, o ambiental e a participação da sociedade civil na elaboração dessas mesmas políticas.

Isto tudo é importante para avaliarmos os principais acontecimentos vividos pelo país no segundo semestre de 2012 e os indicativos que eles fornecem sobre o futuro mais imediato das políticas públicas

e, conseqüentemente, sobre os caminhos que podemos vislumbrar e as reflexões que temos a fazer sobre a avaliação dessas políticas.

O modelo econômico adotado no país desde o início da crise internacional, centrado no impulso ao consumo interno e no crescimento via execução de grandes projetos, mostrou indícios de arrefecimento, com o fechamento do PIB de 2012 muito aquém do esperado. As promessas da presidenta Dilma Roussef, ao final do ano anterior, de que a área social seria prioridade em 2012, não conseguiram se materializar da forma anunciada. Tudo isto indica um cenário cauteloso para 2013 quanto a amplitude das políticas públicas o que, por outro lado, instiga ainda mais todos os que atuam na área de avaliação e, portanto, no acompanhamento dessas políticas.

*Lea Carvalho Rodrigues  
Pelos editores*